



**NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA TRABALHOS JURÍDICOS E
CIENTÍFICOS NA *REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL***

1. Diretrizes Gerais do Periódico

- A Revista publica apenas artigos inéditos, não podendo o texto estar disponível/publicado em qualquer meio, inclusive repositório institucional. Não serão publicados artigos já existentes em outros canais, impressos ou *online*, mesmo que em versões parciais;
- A editora não admite referências bibliográficas no formato AUTOR/DATA, apenas em formato nota de rodapé (norma ABNT 6023);
- Os textos devem ser submetidos gratuitamente perante o Conselho Editorial da *Revista de Direito Ambiental* no seguinte endereço eletrônico: revistadedireitoambiental@gmail.com;
- A *Revista de Direito Ambiental* publica artigos originais de pesquisadores Doutores (em Direito ou ciências afins ao Direito Ambiental) ou artigos com no máximo três coautores, entre os quais um deles deve ostentar obrigatoriamente a titulação de Doutor. No caso de coautoria, admite-se a presença de coautor com titulação mínima de bacharel em Direito e ciências afins ao Direito Ambiental, desde que acompanhado obrigatoriamente de um coautor que detenha o título de Doutor nas condições já referidas;
- As traduções serão aceitas desde que o texto seja inédito no Brasil e o tradutor também seja coautor do texto;
- Todos os artigos que tenham origem em pesquisa financiada por órgãos ou instituição de fomento, nacionais ou estrangeiras, deverão identificar tal condição em nota de rodapé no título do artigo, devendo ser registrado o órgão ou instituição de fomento, o edital e o processo de sua concessão;
- A *Revista de Direito Ambiental* publicará com prioridade: a) artigos em que ao menos um dos autores seja vinculado exclusivamente a Instituição de Ensino Superior (IES) estrangeira; b) artigos resultantes de pesquisas financiadas por órgãos de fomento; c) artigos redigidos em coautoria com professor permanente de Programa de Pós-Graduação de IES de distintas unidades da federação;



- Os trabalhos serão previamente avaliados por meio de *software* antiplágio para o fim de se identificar a ocorrência de plágio ou autoplágio;
- A constatação de plágio implica a rejeição liminar do texto pelo Conselho Editorial;
- A constatação de publicação pretérita do artigo que também submetido pelo autor perante a *Revista de Direito Ambiental* implica em rejeição do artigo, bem como a vedação de aceitação de futuros trabalhos por seu autor pelo prazo de dois anos, a partir de sua submissão perante a *Revista de Direito Ambiental*. Não será aplicável esta disposição para os casos em que o autor que tenha submetido o texto perante a *Revista de Direito Ambiental* informe tal condição durante o processo de avaliação em curso na *Revista de Direito Ambiental*, ou previamente à publicação do mesmo por si;
- A publicação na *Revista de Direito Ambiental* implica a cessão gratuita dos direitos autorais e confere ao autor, em contrapartida, o recebimento de um exemplar da edição na qual o texto será publicado;
- O periódico privilegia a publicação de trabalhos que se destaquem em originalidade e relevância científica no Direito Ambiental brasileiro, estrangeiro e internacional;
- Não terão prioridade para aceitação os trabalhos que se limitem a expor mera revisão bibliográfica, ou aqueles trabalhos cujas conclusões não proponham ao seu leitor uma experiência significativa e relevante para a formação ou o desenvolvimento do Direito Ambiental, em sua dimensão normativa, transdisciplinar e dialógica com outros saberes ou disciplinas;
- As obras utilizadas para a elaboração do trabalho devem ser representativas da temática escolhida e atualizadas, procurando, quando possível, realizar registros de literatura nacional e estrangeira. A ausência das obras representativas, a desatualização das referências e a pouca relevância científica da literatura e das fontes utilizadas poderão ensejar a rejeição do artigo por decisão dos pareceristas e/ou do Conselho Editorial.

2. Diretrizes para autores

- (a) Os textos deverão ser postados após rigorosa correção normativa, gramatical e ortográfica a ser realizada previamente por iniciativa de seus autores;



- (b) Serão aceitos textos em coautoria com no máximo três coautores;
- (c) Se autor único, possuir a titulação mínima de Doutor em Direito ou em ciências afins ao Direito Ambiental;
- (d) Se coautor, estar acompanhado, obrigatoriamente, de um coautor que ostente a titulação de Doutor já referida anteriormente;
- (e) Tamanho do arquivo: de 15 a 35 páginas, incluindo notas de rodapé e bibliografia;
- (f) Alinhamento: justificado;
- (g) Fonte: Times New Roman, tamanho 12 em todo o corpo do artigo. Para citações e notas de rodapé (não utilizar notas de fim), tamanho 10;
- (h) Espaçamento entre linhas: 1,5;
- (i) Destaques em itálico (não utilizar negrito e sublinhado);
- (j) Citações: entre aspas e sem recuo;
- (k) Título do artigo em português e em língua estrangeira;
- (l) Nome, minicurrículo atualizado e e-mail do(s) autor(es) na primeira folha do arquivo;
- (m) Lista de 5 palavras-chave em português e em língua estrangeira, em ordem alfabética e grafadas em caixa baixa, e separadas por ponto e vírgula, as quais devem ser representativas do conteúdo do artigo;
- (n) Resumo do artigo com no máximo 200 palavras, em português e língua estrangeira, o qual deverá contemplar, obrigatoriamente, o tema do trabalho, os objetivos, a metodologia utilizada e as conclusões;
- (o) Sugere-se que a introdução do artigo contextualize o tema, apresente o problema e descreva de forma clara quais são os objetivos perseguidos, bem como qual é a metodologia que será utilizada, além de se apresentar o plano de trabalho do artigo que assegure compreensão clara de seu desenvolvimento pelo leitor;
- (p) Sugere-se que as citações literais sejam utilizadas prioritariamente quando elas se revelam estritamente relevantes para a compreensão do texto;
- (q) Na elaboração das conclusões, o autor deverá permitir que o leitor compreenda, basicamente, se os objetivos descritos foram atingidos. Não deverão ser realizadas citações e deverá ser priorizada a apresentação das considerações finais do autor;
- (r) Para as referências bibliográficas deverão ser registradas, em conformidade com a



norma 6023 da ABNT, apenas aquelas obras e trabalhos efetivamente citados no texto;

(s) Sugere-se que o autor também priorize para a pesquisa de seu tema trabalhos já publicados anteriormente na *Revista de Direito Ambiental*.

(t) Os dados do autor deverão ser enviados dentro do mesmo documento de texto do artigo, na primeira folha. **Não enviar folha de rosto.**

3. Etapas do Processo de Avaliação

O processo de avaliação compreende duas fases: a primeira fase será realizada pelos editores e tem por objetivo verificar o cumprimento das diretrizes para autores, plágio e o ineditismo do trabalho, estes por meio de *software* próprio; a segunda fase compreende a avaliação pelo modelo duplo-cego e somente será realizada com a aprovação do artigo na primeira fase. Nesta fase o artigo poderá ser aprovado, rejeitado ou devolvido para correções obrigatórias, não sendo obrigatória a publicação dos artigos aprovados.

Todas as decisões editoriais serão comunicadas aos autores no endereço de correio eletrônico informado ao periódico. Se a decisão editorial indicar a necessidade de correções obrigatórias no texto, este deverá ser submetido ao periódico no prazo de sete dias úteis, incluído o dia do recebimento da comunicação editorial. Uma vez recebido o texto com as correções realizadas pelos autores, este será restituído aos pareceristas ou avaliado pelo editorial visando confirmar se as correções foram efetivadas.

O não cumprimento desse prazo ou o não atendimento das correções implicará a rejeição do artigo pelo periódico.

4. A Formatação dos Artigos

- Os textos devem ser submetidos em formato Word, tamanho A4, orientação retrato, fonte Times New Roman 12, em espaço 1,5cm com as seguintes margens: superior e esquerda de 3,0cm e direita e inferior de 2,0cm;
- A primeira linha de cada parágrafo deve ter espaço de 1,5cm em relação à margem esquerda. As citações com mais de 3 linhas devem ter recuo em 4,0cm, fonte 10



e espaço entre linhas simples;

- As tabelas, formulários, gráficos e desenhos não podem ocupar mais de 25% do total do texto, devendo ser numerados com algarismos arábicos e referenciados conforme as regras da ABNT. Os artigos deverão ter o mínimo de 15 páginas e no máximo 30 páginas de *texto*. A publicação de textos com extensão maior dependerá de avaliação e autorização pelo Conselho Editorial, mediante solicitação justificada que seja apresentada pelo autor, em arquivo *distinto*, por ocasião da submissão;
- O título do artigo deverá estar centralizado, em caixa alto e negrito, e será seguido de seu título em língua estrangeira, centralizado, em caixa alta e itálico;
- As seções primárias estarão alinhadas à esquerda, em caixa alta e negrito;
- As seções secundárias estarão alinhadas à esquerda, em caixa baixa e negrito;
- As seções terciárias estarão alinhadas à esquerda, em caixa baixa e itálico;
- As seções quaternárias estarão alinhadas à esquerda, em caixa baixa, itálico e negrito. As seções quinárias estarão alinhadas à esquerda, em caixa baixa, sem negrito e sem itálico;
- A *Introdução*, a *Conclusão* e as *Referências* não deverão ser numeradas. Os demais títulos devem utilizar numeração sequencial em algarismos indo-arábicos. A introdução não deve conter citações diretas ou indiretas;
- As referências devem ser dispostas em ordem alfabética pelo SOBRENOME do primeiro autor, no final do artigo, e obedecer à norma NBR 6023/2018 da ABNT.

4.1 A estrutura dos artigos

- Os trabalhos submetidos deverão obedecer à seguinte sequência:

Título

Título traduzido para língua estrangeira

Resumo (em português e língua estrangeira)

Palavras-chave (em português e língua estrangeira)

Introdução

Texto com subtítulos e notas de rodapé



Conclusão

Referências

Observações

4.2. Formatação exigida para os comentários jurisprudenciais e legislativos

- (a) Tamanho do arquivo: de 3 a 8 páginas, incluindo notas de rodapé e bibliografia;
- (b) Alinhamento: justificado;
- (c) Fonte: Times New Roman, tamanho 12 em todo o corpo do artigo. Para citações e notas de rodapé (não utilizar notas de fim), tamanho 10;
- (d) Espaçamento entre linhas: 1,5;
- (e) Destaques em itálico (não utilizar negrito e sublinhado);
- (f) Citações: entre aspas e sem recuo;
- (g) Nome, minicurrículo atualizado e e-mail do(s) autor(es);
- (h) Título do artigo em português e em língua estrangeira.

4.3. Formatação exigida para os pareceres

- (a) Tamanho do arquivo: de 15 a 30 páginas, incluindo notas de rodapé e bibliografia;
- (b) Alinhamento: justificado;
- (c) Fonte: Times New Roman, tamanho 12 em todo o corpo do artigo. Para citações e notas de rodapé (não utilizar notas de fim), tamanho 10;
- (d) Espaçamento entre linhas: 1,5;
- (e) Destaques em itálico (não utilizar negrito e sublinhado);
- (f) Citações: entre aspas e sem recuo;
- (g) Nome, minicurrículo atualizado e e-mail do(s) autor(es).